

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

01. Considere que um agrupamento de municípios, que não são limítrofes, estabelecido pela União e formalmente criado por meio de gestão associada voluntária dos titulares, está realizando a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico, obedecendo a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de municípios atendidos.

De acordo com a situação hipotética apresentada e com o disposto na Lei nº 11.445/2007, é correto afirmar que

- (A) no caso de prestação regionalizada dos serviços de saneamento, as responsabilidades administrativa, civil e penal não são aplicadas exclusivamente aos titulares dos serviços públicos de saneamento.
- (B) a prestação regionalizada foi estruturada em um bloco de referência e o plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.
- (C) em face da prestação regionalizada, os prestadores que atuam em mais de um município são dispensados de manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios.
- (D) a prestação regionalizada só pode ser estruturada em região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou em unidade regional de saneamento básico, havendo ilegalidade na sua estruturação em municípios não limítrofes.
- (E) a prestação regionalizada tem como fim garantir a universalidades e a viabilidade econômico-financeira do serviço, mas o plano regional de saneamento básico não poderá contemplar mais de um componente do saneamento básico, sob pena de colocar em risco a qualidade o serviço público prestado.

02. Suponha que no município de Jundiá, o condomínio “Mais Flores” tem como síndico Emerson, diretor de uma multinacional que recentemente finalizou um curso sobre *Environmental, social, and governance* (ESG). Imbuído dos novos conhecimentos angariados, ele resolveu determinar a realização de uma instalação hidráulica predial com o objetivo de reuso de efluentes e do aproveitamento de água proveniente da chuva, tornando, assim, o condomínio mais responsável ambientalmente.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto nº 7.217/2010, é correto afirmar que

- (A) é expressamente vedado que a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água seja também alimentada por outras fontes, sob pena da cominação de multa de cinco salários mínimos.
- (B) desde que devidamente autorizadas pela autoridade competente, serão admitidas as instalações hidráulicas prediais com objetivo de reuso de efluentes ou aproveitamento de água de chuva.
- (C) Emerson apenas pode determinar a realização da instalação predial com o fim de reúso de efluentes, não se admitindo o aproveitamento de água de chuva, em face da ausência de controle da qualidade da água.
- (D) Emerson deve solicitar autorização do Ministério da Saúde para realizar a instalação predial para aproveitar a água da chuva, não se admitindo o reuso de efluentes, em face da falta de controle da potabilidade da água.
- (E) desde que o prédio tenha no máximo cento e cinquenta unidades autônomas, admite-se que Emerson realize o que deseja, dispensando-se prévia autorização da autoridade competente, em decorrência do pequeno número de moradores.

03. Suponha que a Conduit Ltda. é fabricante de pilhas e baterias no município de Campinas, exportando parte de sua produção rotineiramente para os Emirados Árabes Unidos. Ocorre que, em virtude da aprovação de leis ambientais no referido país, os compradores dos produtos da Conduit Ltda. vincularam a compra de pilhas e baterias a posterior importação pela empresa dos resíduos sólidos perigosos para fins exclusivos de logística reversa.

Com base na situação apresentada e no disposto na Lei nº 12.305/2010, é correto afirmar que

- (A) é proibida a importação de resíduos sólidos, estejam ou não classificados como perigosos.
- (B) a Conduit Ltda. apenas poderá realizar a importação dos resíduos sólidos perigosos se tiver comprovado que irá realizar a reciclagem integral dos mesmos.
- (C) independentemente das leis ambientais dos países compradores dos produtos perigosos vendidos por empresas brasileiras, é vedada a importação de resíduos sólidos, exceto pneus.
- (D) a Conduit Ltda. apenas poderia importar resíduos sólidos se eles fossem papel, derivados de papel ou plásticos.
- (E) a Conduit Ltda. é autorizada a realizar importação dos resíduos sólidos, ainda que classificados como perigosos, pois eles foram previamente exportados e a importação tem como fim a logística reversa.

04. A respeito da outorga de direitos de uso de recursos hídricos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 9.433/1997.

- (A) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
- (B) Em face da indisponibilidade, o Poder Executivo Federal está impedido de delegar aos Estados a competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- (C) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou dos municípios.
- (D) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso singular destes, sendo expressamente vedado o uso múltiplo, sob pena de revogação da outorga.
- (E) Dependem de outorga da União o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

05. Considere que os municípios A, B, C e D formaram um consórcio público com o fim de promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. No entanto, dois anos após a ratificação do protocolo de intenções, mediante lei, teve-se conhecimento que o ente C não incluiu em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por ele e que o ente D, sem autorização dos demais consorciados, subscreveu protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais.

Com base na situação apresentada e no disposto no Decreto nº 6.017/2007, é correto afirmar que

- (A) em face das atitudes dos entes C e D, o consórcio será automaticamente extinto.
- (B) a não inclusão na lei orçamentária ou em créditos adicionais de dotações suficientes para suportar as despesas, excluirá automaticamente o ente C.
- (C) se houver previsão no contrato de consórcio público, o ente D poderá ser excluído, sendo-lhe assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (D) os entes C e D poderão ser excluídos, mas previamente passarão por suspensão de 90 (noventa) dias, período em que poderão se reabilitar.
- (E) os entes C e D praticaram condutas classificadas como justa causa para exclusão, mas como o consórcio público já existe há mais de dois anos, não será extinto com a retirada deles.

06. Considere que em face da seca que assola o município ABC no ano de 2025, a administração municipal, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela escassez de chuvas, deseja contratar uma entidade privada, sem fins lucrativos, para implementar cisternas para que a população tenha acesso à água para consumo humano e produção de alimentos. A situação é urgente, pois o município tem sua população predominantemente estabelecida na zona rural e como principal atividade econômica a produção de hortaliças, que pode ser integralmente comprometida com a falta de irrigação.

Com base na situação apresentada e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) em face da urgência retratada e desde que comprove que a principal atividade dos munícipes está relacionada à produção de alimentos, admite-se neste caso a dispensa da licitação.
- (B) no caso, a licitação é dispensável e o processo de contratação direta deve ser instruído com a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço, além de outros requisitos previstos na legislação.
- (C) trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, devendo o processo de contratação direta ser instruído com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- (D) como a população do município é predominantemente rural e trabalha no setor agrícola, a administração deveria ter no seu corpo técnico pessoas habilitadas para implementar cisternas, devendo, em face da urgência, ser realizada a contratação por meio de pregão.
- (E) a licitação é dispensada, devendo o processo de contratação direta ser instruído com a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, se a contratação for considerada irregular pela prática de conduta dolosa ou culposa, o agente público responsável será subsidiariamente responsável pelo dano causado ao erário.

07. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 11.079/2004.

- (A) É vedada que a contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada seja realizada por meio de outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.
- (B) O contrato deverá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade.
- (C) Até noventa dias após a celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- (D) A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
- (E) Com vistas a concretizar a eficiência administrativa, o edital de licitação deverá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.

08. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando

- (A) se constatar o advento do termo contratual.
- (B) comprovado motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- (C) comprovada a inadimplência da concessionária, mediante decreto do poder concedente, após indenização prévia, calculada no curso do processo administrativo.
- (D) a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.
- (E) a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em noventa dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, no curso da concessão.

09. Suponha que Carolina terminou a construção em março de 2025 de uma casa no Bairro de Medeiros em Jundiá, em uma rua que é atendida pelas redes públicas de abastecimento de água e esgoto. Apesar de ter realizado a conexão com a rede pública de abastecimento de água, negou-se a fazer o mesmo com o esgotamento sanitário, por desejar utilizar a fossa séptica. Ela foi notificada pela autoridade competente para realizar a ligação, mas não realizou a conexão à rede de esgotamento sanitário e já se passaram 180 dias do aviso realizado pelo prestador de serviços.

Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) Carolina estará sujeita ao pagamento da tarifa em razão da disponibilidade dos serviços, definida em 150% da primeira faixa da estrutura tarifária correspondente à categoria residencial.
- (B) Carolina tem direito de escolher se deseja conectar seu imóvel à rede de esgotamento sanitário, pois seu imóvel foi construído em 2025.
- (C) Como o serviço de esgotamento sanitário é contra-prestacional, dependendo do pagamento de tarifas por Carolina, ela pode escolher e continuar utilizando apenas a fossa séptica.
- (D) Carolina estará sujeita ao pagamento da tarifa em razão da disponibilidade dos serviços, definida em 200% da primeira faixa da estrutura tarifária correspondente à categoria residencial.
- (E) O prestador do serviço público, de modo a atingir a universalização, fará a interligação do imóvel de forma compulsória às suas expensas, podendo se valer de ordem judicial, caso necessário, sendo considerada referida ação um investimento a ser remunerado na tarifa, ou com posterior cobrança de Carolina.

10. De acordo com a Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, para fins de faturamento pela média de consumo, o cálculo será feito com base no consumo médio dos últimos

- (A) seis meses.
- (B) três meses.
- (C) cinco meses.
- (D) dez meses.
- (E) doze meses.

11. Tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca das competências municipais, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando a competência de regular a ocupação do solo urbano, é legítima a previsão constante de legislação municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- (B) Em decorrência do princípio da livre iniciativa, não poderá o município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (C) Cabe aos municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito local.
- (D) Não compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.
- (E) A definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias não pode ser objeto de disciplina pela legislação municipal.

12. Acerca da intervenção, assinale a alternativa correta.

- (A) A intervenção da União no Estado, com a finalidade de prover a execução de ordem ou decisão judicial, independe de apreciação prévia ou posterior do Congresso Nacional e, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade, será instrumentalizada por meio de decreto que limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado.
- (B) Se a finalidade da intervenção for assegurar a observância do princípio constitucional do sistema representativo, é necessária, no prazo de vinte e quatro horas, a ratificação do decreto de intervenção pelo Congresso Nacional, devendo ocorrer a convocação extraordinária, também no prazo de vinte e quatro horas, se ele não estiver funcionando.
- (C) Para a garantia do livre exercício do Poder Judiciário, a intervenção deve ser objeto de solicitação pelo Supremo Tribunal Federal que será analisada pelo Congresso Nacional em até 24 horas, quando então, por meio de decreto legislativo, poderá sustar o ato ocasionador que gera coação aos membros do Poder Judiciário.
- (D) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos voltarão a assumi-los, mediante assinatura de termo de ajustamento de conduta, a ser celebrado com a Procuradoria Geral da República, com eficácia de título executivo judicial, desde que homologado judicialmente.
- (E) A suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, não ocorrendo hipótese de caso fortuito ou força maior, é fundamento para a intervenção da União no Estado, mediante decreto do Presidente da República, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que será submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de quarenta e oito horas.

13. Acerca dos Tribunais de Contas Municipais, pode-se corretamente afirmar que

- (A) os Tribunais de Contas Municipais podem ser criados mediante emenda à Constituição Estadual, nos municípios com mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- (B) os Tribunais de Contas municipais existentes na data da promulgação da Constituição Federal deveriam ter sido extintos, tendo em vista a vedação constitucional expressa de criação de cortes de contas municipais.
- (C) a Constituição da República impede que os municípios criem os seus próprios tribunais de contas municipais, mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, instituam órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos municípios.
- (D) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- (E) o Tribunal de Contas Municipal deverá assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade e, se não se não atendido, poderá sustar os contratos administrativos ilegais.

14. Acerca da criação de municípios, pode-se corretamente afirmar que

- (A) para a criação de municípios, basta a edição de lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- (B) como providência prévia à criação de municípios, deve-se editar lei complementar estadual, realizar os estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei, bem como edição de lei ordinária federal ratificando a proposta de criação do município.
- (C) a consulta prévia, mediante referendo, da população interessada pode ser dispensada se a proposta de criação do município decorrer de iniciativa popular, bem como houver os estudos da viabilidade municipal.
- (D) tendo em vista a não edição da lei complementar prevista na Constituição Federal, os Estados estão impedidos iniciar novos processos de emancipação municipal, sendo inconstitucionais as leis estaduais que permitam a criação de novos municípios.
- (E) tendo em vista o princípio da autonomia dos entes federativos, a lei federal não é requisito para a criação de novos municípios, desde que realizado estudo de viabilidade municipal, autorização legislativa estadual e referendo da população interessada.

15. A Câmara de Vereadores aprovou uma emenda à Lei Orgânica do município que criou, para todos os servidores municipais, o direito à licença prêmio. Tendo em vista o caso hipotético, pode-se afirmar corretamente que

- (A) a emenda é constitucional, tendo em vista que a Lei Orgânica, a Constituição do município, pode tratar de qualquer assunto, inclusive de direitos de servidores públicos.
- (B) caso tenha sido prevista fonte de custeio do direito concedido, a emenda à Lei Orgânica do município é constitucional.
- (C) desde que compatível com o previsto na Constituição Estadual sobre o assunto, a emenda à Lei Orgânica é constitucional.
- (D) a normatização de direitos dos servidores públicos em Lei Orgânica do município, por meio de emenda, é inconstitucional por afrontar a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- (E) é inconstitucional a emenda à Lei Orgânica, tendo em vista que o direito à licença prêmio, por se tratar de cômputo de tempo de trabalho fictício, é vedada pela Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. É seu sintoma “qualquer traço, interno ou externo, direto, indireto ou circunstancial que revele a distorção da vontade do agente público ao editar o ato, praticando-o não por motivo de interesse público, mas por motivo privado” (José Cretella Junior). Essa concepção doutrinária, pertinente aos poderes e deveres do administrador público, se refere ao

- (A) abuso de poder.
- (B) ato putativo.
- (C) ato inexistente.
- (D) excesso de poder.
- (E) desvio de poder.

17. No tocante ao controle judicial da administração pública, assinale a alternativa que contempla corretamente o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da possibilidade ou não de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em face de decreto do Chefe do Poder Executivo.

- (A) É cabível em face de decreto quando este é um ato regulamentar *contra legem*.
- (B) Não é cabível em face de decreto do Executivo, independentemente de sua natureza.
- (C) É cabível em face de decreto quando este ofende a Constituição Federal indiretamente.
- (D) É cabível em face de decreto quando este regulamenta lei federal e não desborda dos seus limites.
- (E) É cabível em face de decreto quando não há lei e o ato ofende a Constituição Federal.

18. Assinale a alternativa correta a respeito das agências reguladoras.
- (A) É uma entidade da administração indireta criada pelo direito brasileiro e que corresponde à figura jurídica da empresa pública.
 - (B) Elas não se confundem com as agências executivas, sendo aquelas de caráter operacional e estas exercem controle e fiscalização.
 - (C) Sua natureza é de autarquia de regime especial, são dotadas de personalidade de direito privado.
 - (D) Têm por características o poder de editar normas de caráter geral e autonomias decisória, administrativa e econômico-financeira.
 - (E) A escolha e investidura de seus dirigentes se dá pela mesma forma que ocorre no modelo de autarquias federais.
19. A pessoa jurídica denominada “Mundo Saudável”, que atua na área da preservação do meio ambiente, pretende qualificar-se como organização social (OS), nos termos do que estabelece a Lei nº 9.637/1998. Nessa situação hipotética, considerando o que dispõe a referida legislação, é correto afirmar que “Mundo Saudável”
- (A) poderá qualificar-se como OS, desde que, entre outros requisitos, não tenha fins lucrativos, comprove atuação na mesma atividade por pelo menos 10 anos e não tenha excedentes financeiros nesse período.
 - (B) não poderá ser autorizada a qualificar-se como OS, uma vez que a sua atividade na área de preservação do meio ambiente não está prevista na Lei como finalidade apta a obter a qualificação.
 - (C) deve comprovar, entre outras exigências, as atribuições do Conselho de Administração para dispor sobre a aprovação dos estatutos, a extinção da entidade e a eleição da sua diretoria, que não poderá ser remunerada.
 - (D) poderá, se qualificada, celebrar contrato de gestão, que, após aprovação do Conselho de Administração, será submetido ao ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
 - (E) deverá apresentar conselho de administração estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, que deverá ser composto em sua maioria de membros natos representantes do Poder Público.
20. Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.790/1999, atendidas as demais exigências legais, seria uma hipótese válida de Termo de Parceria quando celebrada pelo poder público com uma
- (A) escola privada dedicada ao ensino formal não gratuito.
 - (B) cooperativa cujo objetivo social é a promoção da assistência social.
 - (C) organização sem fins lucrativos com objetivo social da promoção do voluntariado.
 - (D) entidade cujo objetivo social é comercializar planos de saúde e assemelhados.
 - (E) organização social que atua formalmente na defesa e conservação do meio ambiente.
21. Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta a respeito do impedimento e da suspeição no âmbito do processo administrativo.
- (A) É motivo de suspeição a atuação em processo administrativo de servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
 - (B) É vedada a atuação em processo administrativo de servidor que esteja litigando administrativamente com o cônjuge de interessado no processo.
 - (C) O servidor que incorrer em suspeição deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar até a decisão sobre o fato.
 - (D) Pode ser arguido o impedimento de servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
 - (E) O indeferimento de alegação de impedimento ou suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
22. Em determinado procedimento licitatório, a Administração convocou regularmente o licitante vencedor para assinar o respectivo termo de contrato, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, mas ele não atendeu à convocação. Nessa situação hipotética, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) o referido licitante deve ser desclassificado e serão convocados os licitantes remanescentes, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
 - (B) o referido licitante será desclassificado e serão convocados os licitantes remanescentes, para a celebração do contrato no valor mínimo constante do edital da licitação.
 - (C) não haverá prorrogação do prazo de convocação e serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
 - (D) o prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante durante seu transcurso, devidamente justificada, se o motivo for aceito pela Administração.
 - (E) o referido licitante ficará sujeito às sanções legais pela desistência, ainda que tácita, e o procedimento licitatório será cancelado, devendo ser aberta nova licitação, da qual o licitante desistente não poderá participar.

- 23.** A legislação brasileira que rege os contratos administrativos estabelece, como regra, que o instrumento de contrato é obrigatório nas licitações, mas permite que, em determinadas situações, a Administração possa substituí-lo por outro instrumento hábil. Assim, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que algumas dessas situações legalmente autorizadas, nesse sentido seriam,
- (A) compras, serviços e obras fornecidos por empresas brasileiras de pequeno porte ou microempresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública.
 - (B) compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.
 - (C) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantias relacionadas a esses contratos.
 - (D) contratação rápida e informal com a administração de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, independentemente do valor a ser contratado.
 - (E) contratação de obras, bens e serviços cujo contrato original tenha expirado por conta de seu vencimento e não haja tempo hábil para a sua prorrogação formal, sendo necessária a contratação de urgência.
- 24.** Uma determinada organização da sociedade civil, com base na Lei nº 13.019/2014, propôs um plano de trabalho à administração pública que envolve a transferência de recursos financeiros. Com base na situação hipotética, é correto afirmar que essa proposta
- (A) é permitida pela Lei e, se aceita, deverá ser formalizada por meio de termo de fomento.
 - (B) não poderá ser aceita, pois a proposta somente pode ser feita pelos conselhos de políticas públicas.
 - (C) é permitida pela Lei e, se aceita, deverá ser formalizada por meio de termo de colaboração.
 - (D) não poderá ser aceita, uma vez que a Lei veda a transferência de recursos financeiros para organização da sociedade civil.
 - (E) é permitida pela Lei e, se aceita, deverá ser formalizada por meio de uma PPP (Parceria Pública-Privada).
- 25.** Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, com redação dada pela Lei nº 14.026/2020, sobre a cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, é correto afirmar que
- (A) os fatores de produtividade dos serviços serão medidos pelas entidades reguladoras, sendo vedada na sua definição a utilização de indicadores de outras empresas do setor.
 - (B) é vedado proceder ao cálculo da cobrança do serviço público baseado no nível de renda da população da área atendida, sob pena de violação do princípio da isonomia.
 - (C) os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico, para proprietários de lotes, serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 18 (dezoito) meses.
 - (D) a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador do serviço, ainda que afetem o equilíbrio econômico-financeiro, não justificam a revisão tarifária.
 - (E) a cobrança dos serviços deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva.
- 26.** Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma legal que veda aos servidores titulares de cargo efetivo de agências reguladoras o exercício de outra atividade profissional é
- (A) inconstitucional, independentemente do cargo, por violar o princípio do livre exercício da profissão.
 - (B) constitucional, ressalvados os cargos de gestão operacional de empresa e de direção político-partidária.
 - (C) inconstitucional, excluídos os cargos de gestão operacional de empresa e de direção político-partidário.
 - (D) inconstitucional, inclusive para cargo de gestão operacional de empresa e de direção político-partidária.
 - (E) constitucional, inclusive para cargo de gestão operacional de empresa e de direção político-partidária.

27. A Lei Federal nº 12.846/2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira) estabelece que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nessa Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo. Nesse sentido, a respeito desse acordo, é correto afirmar que
- (A) a pessoa jurídica deve cooperar plena e permanentemente com as autoridades, ainda que não admita sua participação no ilícito.
 - (B) os seus efeitos serão estendidos às pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico, se firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
 - (C) na hipótese de rejeição da proposta do acordo de leniência, ela importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.
 - (D) em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica somente poderá celebrar novo acordo de leniência após um ano, se apresentadas novas provas.
 - (E) a celebração do acordo de leniência não tem o condão de interromper o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei.
28. Em determinado processo judicial de improbidade administrativa, regida pela Lei nº 8.429/1992, o réu, antes da contestação, procura o representante do Ministério Público, autor da ação, para uma solução consensual para o caso. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.
 - (B) a Lei veda qualquer espécie de transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
 - (C) poderá ser feito o acordo na ação, o que implicará no afastamento de eventual responsabilidade cível ou criminal decorrente dos mesmos fatos.
 - (D) o acordo somente poderia ser feito por proposta do Ministério Público no curso da investigação, mas não após o ajuizamento da ação.
 - (E) poderão as partes celebrar o acordo, que deverá ser submetido ao juiz, mas nenhum prazo processual poderá ser interrompido.
29. Alberto, com base na Lei nº 12.527/2001, solicitou o acesso à determinada informação a que tem direito perante um órgão público do Estado. Todavia, houve o indeferimento de acesso às informações solicitadas. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Alberto poderá interpor
- (A) reclamação contra a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência, perante a Procuradoria Geral do Estado.
 - (B) pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da sua ciência, perante a mesma autoridade que proferiu a decisão impugnada.
 - (C) pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, perante a mesma autoridade que proferiu a decisão impugnada.
 - (D) recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, perante a autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
 - (E) revisão contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, perante a autoridade máxima do órgão público que proferiu a decisão impugnada.
30. Considerando o teor das súmulas do STF relacionadas à temática sobre o servidor público, assinale a alternativa correta.
- (A) A existência de falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, não é motivo que possa permitir a punição administrativa do servidor público.
 - (B) Não é admissível, por ato administrativo ou mesmo por lei, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.
 - (C) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.
 - (D) É vedada a extinção de cargo cujo ocupante esteja no respectivo curso de estágio probatório.
 - (E) Não se aplica aos servidores públicos as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial.

31. João ajuizou ação de indenização por desapropriação indireta contra a Fazenda Pública do Município de Boa Vista, alegando que parte de seu terreno foi ocupado por uma escola de ensino fundamental implantada pelo Município, sem pagamento de indenização. O Ministério Público foi intimado a atuar como fiscal da ordem jurídica. Designada audiência de conciliação, compareceram as partes, o conciliador e o representante do Ministério Público.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público deve participar de todos os processos de desapropriação.
- (B) No caso hipotético não é possível a celebração de negócio jurídico processual uma vez que a Fazenda Pública é parte no processo.
- (C) João e a Fazenda Pública do Município de Boa Vista podem celebrar negócio jurídico processual que estabeleça a contagem dos prazos processuais em dias corridos.
- (D) João e a Fazenda Pública deveriam ter celebrado negócio jurídico antes da realização da audiência de conciliação.
- (E) Caso o negócio jurídico processual fosse realizado na vigência do Código de Processo Civil de 1973, ele não seria válido após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, a não ser que houvesse ratificação expressa.

32. Maria contratou o escritório de advocacia ABC advogados associados, representado por Adriano para ajuizar uma ação de reintegração de posse. Meses depois, contratou o escritório de advocacia XYZ advogados associados, representado por Bruno para ajuizar sua ação de divórcio. A ação de divórcio foi distribuída perante a 2ª Vara de Família do Município Lago Verde, cuja juíza, Alessandra, é casada com Adriano.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Alessandra deve ser considerada

- (A) suspeita para julgar o caso.
- (B) suspeita para julgar o caso apenas se restar comprovado interesse direto no resultado da ação.
- (C) impedida para julgar o caso.
- (D) apta para julgar o caso, desde que o seu marido se afaste provisoriamente do escritório de advocacia ABC durante o trâmite da ação de divórcio.
- (E) apta para julgar o caso.

33. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que corresponde a uma situação em que a citação será feita por meio eletrônico.

- (A) Carlos e Ana, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, decidiram se divorciar. Carlos ajuizou ação de divórcio litigioso, pleiteando a partilha dos bens adquiridos durante o casamento e a regulamentação de visitas ao filho menor do casal.
- (B) Enzo, de 10 anos de idade, sofreu danos materiais após um acidente de trânsito causado por Madalena. Enzo, representado por sua mãe, ajuizou ação de indenização contra Madalena.
- (C) Aline propôs ação de indenização por danos morais contra a sua irmã Vanessa, ébria habitual, por diferir ofensas públicas a ela.
- (D) Pedro ajuizou ação de cobrança em face de seu vizinho, Paulo, requerendo, justificadamente, a citação por oficial de justiça.
- (E) Laura ajuizou ação de cobrança contra Marcos. No momento da citação, constatou-se que Marcos reside em zona rural sem serviço de entrega domiciliar de correspondência.

34. Acerca das modalidades de intervenção de terceiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Na assistência simples, se a parte principal quiser reconhecer a procedência do pedido, desistir da ação, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação ou transigir sobre direitos controvertidos, ela precisará de anuência do assistente.
- (B) Na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- (C) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu a qualquer momento e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) No incidente de desconsideração da personalidade jurídica, concluída a instrução e feito o saneamento do processo, o incidente será resolvido por sentença.
- (E) No *amicus curiae*, caso haja participação de órgão federal, haverá alteração de competência para a Vara Federal competente.

35. O Município de Alto Verde iniciou procedimento de desapropriação para construção de um parque público em área caracterizada como núcleo urbano informal, ocupada predominantemente por famílias de baixa renda. Durante o levantamento socioeconômico da região, constatou-se que, além das famílias registradas, havia alguns ocupantes que, embora não preenchessem o critério de baixa renda previsto na legislação, viviam em situação de extrema vulnerabilidade social em razão de doença grave e desemprego.

Considerando a situação hipotética e o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, assinale a alternativa correta.

- (A) O cadastramento das famílias ocupantes da área pode ser feito a posteriori, desde que concluído antes da efetiva imissão provisória na posse.
- (B) As medidas compensatórias são opcionais e podem ser ofertadas apenas após a desocupação da área, a critério do Município.
- (C) O Município, ao reconhecer a vulnerabilidade fática dos ocupantes, poderá equipará-los às famílias de baixa renda para fins de concessão de medidas compensatórias.
- (D) É obrigatória a indenização em dinheiro a todos os ocupantes, independentemente de sua situação socioeconômica.
- (E) Não há necessidade de planejamento prévio para prever medidas compensatórias em casos de núcleos urbanos informais, bastando acordo posterior com os ocupantes.

36. O Município de Bela Vista celebrou contrato de compra e venda com a empresa Construção Total Ltda. para aquisição de materiais de construção destinados à reforma de escolas públicas. Após a entrega parcial dos materiais, o Município deixou de efetuar os pagamentos previstos em contrato, alegando dificuldades financeiras. Em resposta, a Construção Total Ltda. suspendeu novas entregas e notificou a Fazenda Pública Municipal para a quitação das parcelas vencidas, bem como para indenização pelos prejuízos decorrentes da rescisão parcial do contrato e das perdas comerciais associadas.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível de utilização de arbitragem pelo Município de Bela Vista para o caso em tela desde que haja previsão no edital ou no contrato.
- (B) Uma eventual sentença arbitral contra o Município de Bela Vista estará sujeita à remessa necessária.
- (C) A arbitragem envolvendo o Município de Bela Vista deverá ser sigilosa.
- (D) A autoridade competente do Município de Bela Vista para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.
- (E) A arbitragem poderá ser decidida por equidade.

37. O Município de Serra Verde ajuizou execução fiscal contra Marcelo, visando a cobrança de créditos tributários. Após a penhora de um imóvel de propriedade do executado e a frustração de duas praças para alienação do bem, o Município requereu sua adjudicação pelo valor da avaliação. Marcelo, citado pessoalmente no processo, não possui advogado constituído nos autos. Intimado por carta com aviso de recebimento, o executado permaneceu inerte durante o prazo legal.

Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) A adjudicação somente poderá ocorrer se houver nova avaliação judicial do bem, independentemente do valor fixado na primeira avaliação.
- (B) A ausência de advogado nos autos impede a intimação válida por carta com aviso de recebimento, devendo o juiz determinar a citação por edital.
- (C) A adjudicação somente será considerada perfeita e acabada após o trânsito em julgado da decisão que a deferir.
- (D) A adjudicação poderá ser deferida, sendo desnecessária nova avaliação, e será considerada perfeita e acabada com a assinatura do auto de adjudicação pelo juiz, adjudicatário, pelo escrivão ou chefe de secretaria.
- (E) A ausência de manifestação do executado torna obrigatória a realização de hasta pública para alienação do bem antes da adjudicação.

38. Acerca dos efeitos dos recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) O efeito translativo autoriza examinar o que não foi impugnado em sede recursal.
- (B) Todos os recursos, exceto os embargos de declaração, possuem efeito devolutivo.
- (C) O agravo de instrumento tem efeito suspensivo *ex lege*.
- (D) Para ser reconhecido, o efeito expansivo da apelação deve ser apenas subjetivo.
- (E) A apelação, em regra, tem efeito regressivo.

39. A associação dos moradores do bairro Vila Esperança apresentou requerimento ao Ministério Público requerendo a instauração de um Inquérito Civil para apurar as irregularidades nos serviços de saneamento prestados pela concessionária Sanea. As reclamações da população envolvem falta constante de abastecimento de água, esgoto a céu aberto e contaminação de um córrego local, com risco à saúde pública e ao meio ambiente. Instaurado o Inquérito Civil para a defesa dos direitos coletivos, o Ministério Público requisitou informações da concessionária e da prefeitura, determinou vistorias técnicas e notificou a Vigilância Sanitária. Passado um ano sem que o Ministério Público tenha obtido todas as informações necessárias para verificar se é ou não o caso de propositura de ação judicial, e considerando que o Inquérito Civil não tem por objeto tratar de apuração de ato de improbidade, é correto afirmar que o inquérito civil será
- (A) prorrogado pelo mesmo prazo e por quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente.
 - (B) prorrogado, desde que por meio de requerimento da associação dos moradores do bairro Vila Esperança.
 - (C) automaticamente prorrogado por mais uma única vez, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público.
 - (D) automaticamente arquivado.
 - (E) encerrado, por meio de decisão fundamentada do seu presidente.

40. A Associação Água Limpa ajuizou ação civil pública contra uma Indústria Química do Município de Piracicaba, alegando que seus processos industriais estariam lançando resíduos tóxicos nos arredores da fábrica localizada em área urbana, o que estaria contaminando um lençol freático. A associação pleiteou indenização por danos morais coletivos e a reparação ambiental da área afetada. Durante o processo, a empresa sustentou que não há prova suficiente de que os danos alegados foram por ela causados e que cabe à autora a demonstração cabal do nexo de causalidade entre a conduta da ré e os danos ambientais e à saúde pública. A associação, por sua vez, pediu a inversão do ônus da prova, argumentando que a empresa possui superioridade técnica e acesso exclusivo às informações necessárias para comprovar a inocorrência do dano.

Com base no entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A inversão do ônus da prova pode ser determinada pelo juiz nas ações coletivas, mesmo sem requerimento expresso da parte autora, desde que presentes a verossimilhança das alegações e a desigualdade técnico-probatória entre as partes.
- (B) A inversão do ônus da prova em ações coletivas é vedada, pois compromete o contraditório e a ampla defesa da pessoa jurídica demandada, sobretudo quando se pleiteia indenização por dano moral coletivo.
- (C) A inversão do ônus da prova em ações coletivas somente se aplica quando o autor da ação for o Ministério Público, não se estendendo às associações civis ou entidades da sociedade civil.
- (D) Em ações coletivas, a inversão do ônus da prova é automática sempre que se alegar violação a direito fundamental, independentemente de qualquer análise judicial sobre verossimilhança ou hipossuficiência.
- (E) O ônus da prova deve permanecer com o autor da ação coletiva, salvo se este comprovar, por meio de laudos prévios, a existência inequívoca do dano e do nexo de causalidade, hipótese em que poderá ser deferida a inversão do ônus.

41. O sindicato Z, na condição de substituto processual, ingressou com ação coletiva, objetivando a implementação de correção monetária e pagamento de valores retroativos dos servidores públicos do Município de Capivari. A sentença, que julgou procedente o pedido do sindicato determinando que o reajuste fosse aplicado aos servidores públicos municipais, deixou de discorrer sobre o alcance da decisão. O acórdão manteve a sentença e houve o trânsito em julgado.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a sentença

- (A) não tem validade, uma vez que deveria obrigatoriamente discorrer sobre o alcance da decisão.
- (B) abrange todos os servidores públicos do Município de Capivari, sendo eles filiados ou não ao sindicato Z.
- (C) abrange todos os servidores públicos do Município de Capivari, desde que filiados ao sindicato Z.
- (D) abrange apenas os servidores públicos do Município de Capivari que constarem da lista de legitimados anexada aos autos pelo sindicato Z.
- (E) deverá ser liquidada de forma imprópria, uma vez que este tipo de liquidação busca apenas definir o *quantum debeatur*.

42. No município de São Lourenço do Vale, uma empresa têxtil, instalada às margens do rio São Lourenço, passou a ser alvo de denúncias por moradores e pescadores locais que afirmam que a empresa estaria lançando, sem tratamento adequado, resíduos oriundos do processo de tingimento de tecidos diretamente no rio, em trecho próximo a uma nascente classificada como Área de Preservação Permanente (APP).

Restando comprovada a prática do crime ambiental e considerando o disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, assinale a alternativa correta.

- (A) Por se tratar de uma empresa, as penas aplicáveis devem ser de multa ou de prestação de serviços à comunidade, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.
- (B) Uma das penas que pode ser aplicada é a de proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, que não poderá exceder o prazo de cinco anos.
- (C) A empresa terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- (D) A empresa poderá ser condenada a prestar serviços à comunidade, como por exemplo custeio de programas e de projetos ambientais ou manutenção de espaço público.
- (E) Poderá ser aplicada a pena de suspensão parcial ou total das atividades da empresa que será devida quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

43. A empresa EF venceu licitação para implantar um reservatório artificial destinado à geração de energia elétrica em uma zona rural de média densidade agrícola. Durante o processo de licenciamento ambiental, foi constatado que a Área de Preservação Permanente (APP) ao redor do reservatório atingiria aproximadamente 60 metros em toda a sua extensão. A empresa, no entanto, solicitou autorização para realizar o uso comercial de cerca de 15% da área da APP para instalação de quiosques, alegando que isso estimularia o turismo e a geração de empregos locais. Além disso, argumentou que a apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório poderia ser postergada para após o início da operação, dado que o empreendimento já estava com a licença de instalação emitida.

Considerando a situação hipotética e com base no disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso pretendido pela empresa EF é válido, desde que aprovado no licenciamento ambiental, pois inexistente limitação legal quanto ao percentual de uso da APP por empreendimentos energéticos em área rural.
- (B) A exigência de desapropriação ou instituição de servidão administrativa nas APPs não se aplica ao caso, pois trata-se de zona rural e não urbana, e a APP já é protegida por lei.
- (C) A empresa EF está impedida de realizar o uso pretendido, pois a legislação limita expressamente o uso da APP a no máximo 10% de sua área, e exige que o Plano Ambiental seja aprovado até o início da operação.
- (D) A apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno pode ser feita após o início da operação, conforme autorização do órgão ambiental.
- (E) O plano ambiental de uso do entorno deve ser apresentado antes da emissão da licença de instalação, sob pena de nulidade do licenciamento.

44. Em 2025, o Município X ajuizou uma execução fiscal contra a empresa Y Ltda., cobrando crédito tributário no valor de R\$ 8.700,00. No processo, não houve qualquer movimentação útil por mais de um ano e a empresa Y Ltda. sequer foi citada. O juiz intimou o Município X para se manifestar, diante da possibilidade de extinção da execução por ausência de interesse de agir. O Município X apresentou petição alegando que havia possibilidade de localizar bens do devedor em até 90 dias e que a dívida poderia ser somada com outras duas execuções em curso contra a mesma empresa, cujos valores eram de R\$ 1.200,00 e R\$ 1.950,00.

Considerando o disposto na Resolução CNJ nº 547/2024, é correto afirmar que o juiz deverá

- (A) extinguir a execução fiscal por ausência de interesse de agir, uma vez que o valor individual é inferior a R\$ 10.000,00 e não houve citação.
- (B) extinguir a execução fiscal, pois a ausência de movimentação útil por mais de um ano determina o arquivamento do feito.
- (C) extinguir a execução fiscal por ausência de tentativa prévia de conciliação ou solução administrativa, conforme exige a resolução.
- (D) prosseguir com a execução fiscal desde que seja apresentada garantia concreta de localização de bens do devedor.
- (E) prosseguir com a execução fiscal, já que, somados os três processos, o valor total ultrapassa o limite de R\$ 10.000,00, e o Município manifestou interesse em localizar bens em até 90 dias.

DIREITO DO TRABALHO

45. De acordo com a CLT, quanto ao trabalho em regime de tempo parcial, a jornada poderá ser

- (A) de trinta horas semanais, não havendo a possibilidade de cumprir horas suplementares semanais.
- (B) de vinte e seis horas semanais, havendo a possibilidade de acréscimo somente de até quatro horas suplementares semanais.
- (C) inferior a vinte e seis horas semanais, havendo limitação de acréscimo de até oito horas suplementares semanais, sendo estas consideradas horas extras.
- (D) inferior a vinte e seis horas semanais, havendo limitação de acréscimo de até oito horas suplementares semanais, mas não serão consideradas como horas extras.
- (E) de trinta horas semanais, havendo a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

46. O contrato de trabalho intermitente, conforme disposição na CLT, é aquele no qual a prestação de serviços

- (A) é contínua, com subordinação e ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.
- (B) tem alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas ou dias, sendo vedado em semanas ou meses, entre outros requisitos.
- (C) não é contínua, sem subordinação e ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade.
- (D) tem alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou semanas, sendo vedados meses, entre outros requisitos.
- (E) não é contínua, com subordinação e ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

47. De acordo com a CLT, considerando a regra geral, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui regime de sobreaviso o tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado.
- (B) A escala de prontidão será, no máximo, de vinte e quatro horas.
- (C) A escala de prontidão será, no máximo, de oito horas.
- (D) Considera-se de "prontidão" o empregado do serviço ferroviário que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens.
- (E) Considera-se de "sobreaviso" o empregado do serviço ferroviário que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens.

48. Durante doze meses de contrato de trabalho, Aline teve 30 dias de falta ao serviço, enquanto Paula teve um total de 20. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta quanto aos dias de férias que cada empregada poderá usufruir.

- (A) Aline e Paula gozarão de 12 dias de férias.
- (B) Aline não terá direito a férias, e Paula terá 10 dias.
- (C) Aline e Paula gozarão de 18 dias de férias.
- (D) Aline usufruirá de 12 dias e Paula 18.
- (E) Aline usufruirá de 18 dias e Paula 24.

49. Há recente discussão sobre a aplicação ou não da Súmula 331 do TST, porém, considerando sua redação sobre a terceirização, é correto afirmar que

- (A) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- (B) não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, se inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
- (C) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual.
- (D) a responsabilidade solidária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- (E) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual.

50. Sobre o movimento paretista, conforme lei própria sobre o tema, pode-se afirmar que

- (A) as manifestações e os atos de persuasão utilizados pelos participantes poderão impedir o acesso ao trabalho, ainda que cause ameaça ou dano à propriedade.
- (B) a participação interrompe o contrato de trabalho.
- (C) a entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, da paralisação.
- (D) frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é obrigatória a cessação coletiva do trabalho.
- (E) é vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.

